

GAZETA DO SUDOESTE

70 anos

Terça-feira, 02 de julho de 1996

ANO XXV Nº 1335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Paraná

LEI Nº. 1.443

Data: 29 de maio de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo, a assinar convênio com o Estado do Paraná e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Estado do Paraná, visando a adequação, reequipamento, descentralização e ativação da fração do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná sediada no Município de Pato Branco.

Art. 2º - O convênio a ser firmado, nos termos desta Lei, reger-se-á pelas seguintes condições:

I - Compete à Prefeitura Municipal de Pato Branco:

a) destinar para uso e emprego exclusivo do Grupamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado em Pato Branco, Estado do Paraná, os veículos, acessórios e equipamentos exigidos pelo plano de segurança da área, respeitadas em quaisquer casos as especificações Técnicas do Corpo de Bombeiros da PMPR;

b) ceder a fração do CB da PMPR, áreas e instalações prediais indispensáveis e condizentes às necessidades de alojamento de pessoal e material de Postos de Bombeiros no Município;

c) adequar e manter em perfeito funcionamento a rede de hidrantes do perímetro urbano da cidade de Pato Branco, segundo as prescrições dadas ou aconselhadas por órgãos reconhecidamente técnicos no assunto;

d) arcar com as despesas de aquisição, manutenção, renovação dos meios materiais, bem como as despesas de projetos técnicos destinados a prover a segurança contra incêndios da área do Município, bem como as instalações e demais imóveis colocados à disposição da Fração do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado em Pato Branco;

e) implantar nas posturas Municipais ou diplomas legais equivalentes, dispositivos reguladores necessários a prevenção contra incêndios e sinistros, segundo especificações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;

f) para a descentralização do Corpo de Bombeiros do Município de Pato Branco deverá ser obedecida orientação técnica pelo Corpo de Bombeiros, de acordo com o Plano de Segurança CB/PMPR.

II - O estado comprometer-se-á:

a) manter, sem solução de continuidade, dentro dos padrões recomendados pela técnica e enquanto prevalecer o convênio autorizado nesta Lei, uma Fração do Corpo de Bombeiros no Município de Pato Branco;

b) incluir pessoal em número e condições exigidos pela ativação de uma Fração do Corpo de Bombeiros com suas respectivas seção e subseção na área urbana do Município de Pato Branco, segundo planejamento elaborado pelo Corpo de Bombeiros, devidamente aprovado pelos setores competentes;

c) formar o pessoal incluído, mantendo ainda, em constante desenvolvimento um programa de adestramento e especialização de seus efetivos;

d) fornecer todo o equipamento individual e fardamento que se fizer necessário ao pleno exercício das atividades de segurança contra incêndios;

e) manter, em caráter permanente, na área de segurança, em número de qualificação exigidos pelo plano de ativação de postos, pessoal de seus próprios quadros;

f) oferecer toda a assistência médica hospitalar aos componentes do Grupamento e seus familiares;

g) remanejar os componentes da Fração que por condições de saúde, motivos de ordem disciplinar ou inadaptação profissional não atendam às exigências do Serviço de Segurança Contra Incêndios e Prestação de Socorros Públicos;

h) manter na área de segurança, todo o patrimônio que por força deste convênio tem seu uso cedido ao Corpo de Bombeiros, impedindo sua aplicação em serviços e missões diversas daqueles a que se destinam;

i) salvo no caso de calamidade pública, ou sinistros, incêndios, poderá o CMT da Fração fazer uso dos equipamentos e veículos para atender a emergência iminente, fora da sua localidade de origem;

j) oferecer ao Município todo o assessoramento necessário ao trato de assuntos relativos a prevenção e segurança contra incêndios e sinistros;

k) promover através dos elementos destacados do Corpo de Bombeiros, campanhas e serviços desenvolvidos diretamente junto a população, por meio de entrevistas, palestras, visitas domiciliares, cursos ou outras formas efetivas de orientação e prevenção, e a segurança contra incêndios e sinistros;

l) emitir parecer e orientação técnica, através do serviço da BM/7 Engenharia do Corpo de Bombeiros da PMPR em todos os projetos e consultas que por força de sua natureza e da legislação devam ser submetidas aquele procedimento.

Art. 3º - Ao Estado foi assegurado o pleno direito de movimentação, alteração e constituição, do quadro componente do Grupamento destacado em Pato Branco, sob o Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 4º - Ao Estado caberá a responsabilidade do pagamento dos soldos e demais vantagens previstos na legislação da Polícia Militar do Estado do Paraná, alimentação e previdência aos elementos do Grupamento do Corpo de Bombeiros, sediado em Pato Branco.

Art. 5º - A partir de 1997, deverá constar dos orçamentos municipais as dotações necessárias ao pleno cumprimento do Convênio desta Lei.

Art. 6º - O Convênio autorizado nesta Lei terá por prazo 5 (cinco) anos contados da data da publicação da presente Lei.

Art. 7º - O Município de Pato Branco fica autorizado a firmar convênio com outros Municípios, mediante participação financeira para o Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros da PMPR - FUNREBOM, para a prestação de serviços de prevenção e segurança contra incêndios e sinistros.

Parágrafo único: O Convênio a que se refere o presente artigo somente poderá ser firmado pelo Prefeito Municipal após prévia aprovação dos termos do mesmo pela Câmara Municipal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 235/76 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 29 de maio de 1996.

Delvino Longhi
Prefeito Municipal



Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Eco.
Fls. N.º 04
visto

RECEBIDO
Data 06/12/96 Hora 16h
Assinatura <i>[Signature]</i>
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

À
MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.

Os Vereadores infra-assinados, Cilmar Francisco Pastorello e Gilson Marcondes, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento no artigo 130 do regimento interno desta Casa de Leis, ouvido o douto Plenário, requerem a retirada em definitivo dos Projetos de Lei n.ºs 32 e 67/96, com o consequente arquivamento dos mesmos.

Nestes Termos;
Pedem Deferimento.

Pato Branco, 06 de dezembro de 1.996.

[Signature]
Cilmar Francisco Pastorello - Vereador PDT


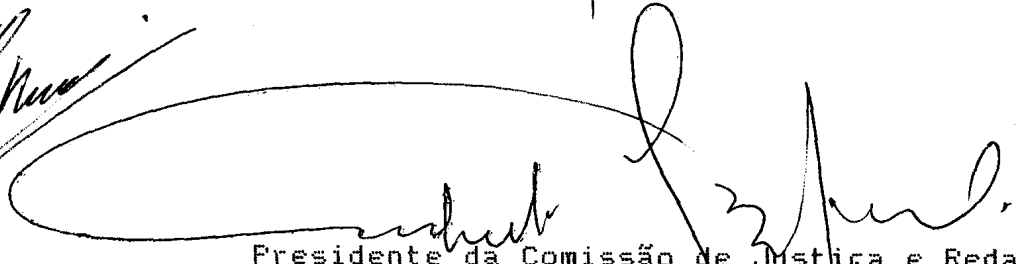
[Signature]
Gilson Marcondes - Vereador PDT

Mun. de P. Branco
Fis. N.º 03
VISTO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

O Presidente da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO,
abaixo assinado, com base nos artigos nºs. 49 e 53 do Regimento
Interno no desta Casa de Leis, nomeia como relator do Projeto
de Lei nº 32/96 O Vereador Osvaldo Luiz Gabriel

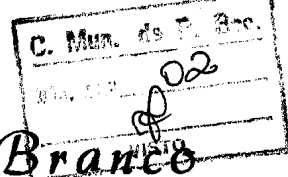
Pato Branco, 05/08/96



Presidente da Comissão de Justiça e Redação
Osvaldo Luiz Gabriel



Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco



PROJETO LEI 32/96

Altera a redação do artigo 2º e acrescenta parágrafo 3º ao mesmo dispositivo da Lei nº 1207 de 03 de Maio de 1993.

JUSTIFICATIVA:

Por não gerar nenhum conflito legal, tampouco social, entendemos ser essa mudança de fundamental importância ao desenvolvimento econômico de Pato Branco, e, em consequência o melhor bem estar social de toda a comunidade, com a possibilidade de maior geração de empregos e circulação de capitais.

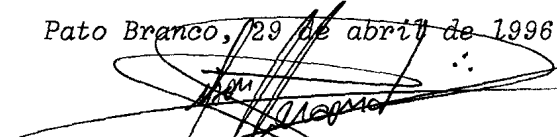
A mudança pretendida, a qual solicitamos especial atenção desta colenda Casa de Leis, não prejudica em absolutamente nada o município, o bolso do contribuinte e, não macula nenhum dispositivo legal.

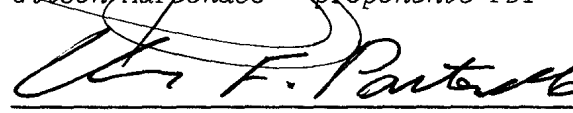
Entretanto, facilita a vida da classe empresarial e possibilita a mesma, maiores e mais investimentos na ampliação dos seus negócios que, em contrapartida farão circular nossa moeda, aumentar o número de empregos e, obviamente, gerará a curto prazo maior e mais seguro bem estar social entre as camadas de trabalhadores.

O Projeto prevê todas as possibilidades de resguardo dos bens públicos, o que, nos dará a garantia no pretendido desenvolvimento a médio e curto prazos, bem como, formalizará alicerces seguros e maiores, para / investimentos a longo prazo e, sem dúvida chamará a atenção de investidores / de fora e do próprio município.

Nestes termos, pedimos deferimento

Pato Branco, 29 de abril de 1996


Gilson Marcondes - proponente-PDT


Cilmar Francisco Pastorello-proponente-PDT



Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Branco
Fls. N.º 01
08
1996

Pato Branco, 29 de abril de 1996.

Exmo. Sr.

CLÁUDIO BONATTO

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Senhor Presidente:

Os vereadores GILSON MARCONDES e CILMAR FRANCISCO PASTORELLO, da bancada do PDT, adiante assinados, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto plenário, o seguinte

PROJETO DE LEI Nº 32/96

SÚMULA: Altera a redação do art. 2º e acrescenta' parágrafo 3º ao mesmo dispositivo da Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1993.

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 2º, da Lei sob o nº 1.207, de 03.05.93, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

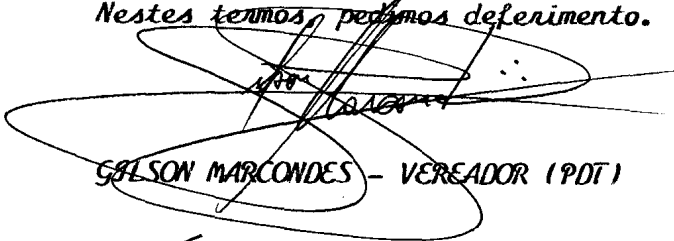
"Art. 2º - Os imóveis públicos doados para implantação de indústrias ficarão cravados com cláusula de inalienabilidade pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir da outorga da escritura pública."

Art. 2º - Fica acrescentado o parágrafo 3º, ao art. 2º, da Lei nº 1.207, de 03.05.93, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º - O prazo para a liberação da cláusula de inalienabilidade a que se refere o "caput" deste artigo beneficiará todas as doações já realizadas no Município."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nestes termos, pedimos deferimento.


GILSON MARCONDES - VEREADOR (PDT)


CILMAR PASTORELLO - VEREADOR (PDT)